

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO****(A SER ADAPTADA DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA)****CONTRATO Nº.**  
**XXX/2026/EMPAV****CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM A EMPAV – EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIDADES E (NOME DA EMPRESA)**

A **EMPAV - EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO E URBANIDADES**, empresa pública municipal, neste ato representada por sua Diretora Presidente **MIRELLY VASCONCELOS CARDOSO** e por sua Diretora Administrativa e Financeira **LICIANE CRIVELLARI BARBOSA**, doravante denominada **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.783.044/0001-38, com endereço na Av. Brasil, nº 1055, Poço Rico, CEP 36.020-010, Juiz de Fora/MG, e a sociedade empresária **(NOME DA EMPRESA)** - inscrita no CNPJ sob o nº. XX.XXX.XX/0001-XX, com sede à Rua (NOME DA RUA), nº XX, bairro (NOME DO BAIRRO), CIDADE/UF, CEP: XXXXX-XXX, pelo (a) seu(a) representante infra-assinado (a) Sr (a).: **(NOME DO REPRESENTANTE)**, portadora do RG XX.XXX.XXX e do CPF: XXX.XXX.XXX-XX, doravante denominada **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, considerando (o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO sob o nº 90.012/2026/EMPAV** a contratação direta por dispensa/ ou inexigibilidade ....), conforme consta no **Processo Administrativo Eletrônico Próprio nº \_\_\_\_\_/2026/EMPAV**, obedecidas as disposições da Lei 13.303 de 2016, e suas alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da EMPAV, das demais normas legais aplicáveis e as condições seguintes.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente *Contrato tem como objeto a “Prestação de serviço de locação de veículos automotores, sem motorista e sem combustível de acordo com a demanda, na quantidade de 04 itens, pelo prazo de 12 meses, para atendimento das demandas da Empav – Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanidades”*.

1.2. Os serviços a serem executados são os descritos no **Edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.012/2026**, bem como nas especificações que o compõem, além do Termo de Referência e demais anexos em todos os seus termos e disposições.

1.3. São partes integrantes deste Contrato, independente de transcrição, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Aviso de Licitação, o Edital e todos os seus anexos.

1.4. Toda a documentação apresentada no Edital e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro será considerado especificado e válido.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

2.1. O preço, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta conforme Anexo II-A do Termo de Referência do Pregão Eletrônico n \_\_\_\_\_ são as que seguem:

GRUPO 01	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	MESES LOCADOS	CUSTO MENSAL POR VEICULO	VALOR MENSAL TOTAL	VALOR TOTAL ANUAL
	1	Veículo de Passeio: transmissão manual ou automática de no mínimo 5 marchas, 05 lugares, motorização mínima 1.0, potência mínima de 80 cv, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e travas elétricas, bancos revestidos em couro ou com capa de couro, sensor ou câmera de estacionamento, bicomcombustível (flex).	03	12	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
	2	Veículo Comercial Leve tipo Picape cabine dupla: 04 portas, transmissão manual ou automática de no mínimo 5 marchas, 05 lugares, motorização mínima 1.3, potência mínima de 90 cv, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e travas elétricas, bancos revestidos em couro ou com capa de couro, sensor ou câmera de estacionamento, bicomcombustível (flex).	03	12	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
	3	Veículo Comercial Leve tipo Picape cabine simples: 02 portas, transmissão manual ou automática de no mínimo 5 marchas, 02 lugares, motorização mínima 1.3, potência mínima de 90 cv, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e travas elétricas, bancos revestidos em couro ou com capa de couro, sensor ou câmera de estacionamento, bicomcombustível (flex).	02	12	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX

Assinado por 1 pessoa: LÍCIANE CRIVELLARI BARBOSA  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/7250-5FDB-4888-0A86> e informe o código 7250-5FDB-4888-0A86

	4	Veículo de Passeio tipo Minivan: transmissão manual ou automática de no mínimo 5 marchas, 07 lugares, motorização mínima 1.3, potência mínima de 100 cv, com ar-condicionado, direção hidráulica ou elétrica, vidros e travas elétricas, bancos revestidos em couro ou com capa de couro, sensor ou câmera de estacionamento, bicomustível (flex).	02	12	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX	R\$ XX,XX
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO POR 12 (DOZE) MESES: R\$ XX,XX (ESCREVER POR EXTENSO)							

2.2. O valor global estimado do contrato para 12 (doze) meses é de **R\$ X (escrever valor por extenso)**.

**2.2.1. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos dos produtos efetivamente fornecidos para a CONTRATANTE.**

2.3 Estão incluídos no preço todos as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, sem quaisquer ônus para a **CONTRATANTE**, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO

3.1. O pagamento será efetuado pelo setor pertinente a partir de 30 (trinta) dias após a emissão da nota fiscal, subsequente ao fato gerador, e creditado em favor da CONTRATADA, através de transferência bancária contra a instituição financeira indicada na proposta, na seguinte conta bancária:

**BANCO: NOME DO BANCO**

**TITULAR:XXXXXXXXXX**

**AGÊNCIA: XXXX-X**

**CONTA CORRENTE: XXXXXX-X**

3.1.1. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá ser encaminhada por meio do Protocolo da plataforma Prefeitura ÁGIL (<https://juizdefora.1doc.com.br/atendimento>), conforme manual (<https://drive.google.com/file/d/1t4a815K63fP1iie-BiqZ9SYLOnw8ZZT7/view?usp=sharing>). É indispensável anexar à nota fiscal a autorização de uso da nota fiscal eletrônica, em duas vias, emitidas no site [www.nfe.fazenda.gov.br](http://www.nfe.fazenda.gov.br), digitando a chave de acesso descrita no DANFE.

3.1.1.1 Juntamente com a nota fiscal, a **CONTRATADA** deverá apresentar o certificado de regularidade do

FGTS, bem como certidão negativa de débitos tributários federal, estadual e municipal e certidão negativa de débitos trabalhistas.

3.2. No caso da não apresentação da documentação de que trata o item 3.1.1 e 3.1.1.1, ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências do Contrato, fica a **CONTRATANTE** autorizada a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à licitante vencedora, das penalidades previstas.

3.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive nas Notas Fiscais/Fatura, serão estes restituídos à **CONTRATADA** para as correções solicitadas, não implicando à EMPAV quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

3.3.1. A devolução da fatura não aprovada pela EMPAV não servirá de motivo para que a **CONTRATADA** suspenda a execução dos serviços ou deixe de efetuar o pagamento devido a seus empregados.

3.4. No caso de Nota Fiscal/Fatura emitidas com erro, a contagem de novo prazo de 30 (trinta) dias será iniciada a partir da data da reapresentação do documento corrigido.

3.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria **CONTRATADA**, obrigatoriamente com o número de inscrição do CNPJ, dentro da validade, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais e da matriz.

3.5.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e no seguinte CNPJ: da Sede 17.783.044/0001-38, da filial Pavimentação 17.783.044/0002-19, da filial Parques e Jardins 17.783.044/0004-80 ou da filial iluminação 17.783.044/0007-23, de acordo com a Ordem de Serviço enviada.

3.6. Deverá constar na Nota Fiscal/fatura o detalhamento dos serviços executados, o nome do banco, o número da agência, a praça e o número da conta, para que lhe seja efetuado o crédito bancário referente ao pagamento.

3.7 Ocorrendo o atraso de pagamento por culpa exclusiva da Empav, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira, a contar do 61º (sexagésimo primeiro) dia após o vencimento, até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

3.8. Para a hipótese definida no item 3.7, a **CONTRATADA** fica obrigada a emitir fatura suplementar identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da EMPAV.

3.9. Caso a **CONTRATADA** seja optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresa de Pequeno Porte (SIMPLES), deverá apresentar juntamente com a Nota Fiscal/Fatura a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

3.10. Toda prestação de serviço deverá ser efetuada mediante solicitação da Requisitante, a qual deverá ser

feita mediante Ordens de Serviço.

3.11. O pagamento da nota fiscal está condicionado ao ateste do fiscal técnico.

3.11.1 Caso haja serviço temporário nos termos do item 7.2.2.1 deste contrato, incidirá um desconto mínimo de 10% (dez por cento) sobre o valor do veículo fornecido, tendo em vista que, durante esse período, o veículo disponibilizado não corresponderá a veículo zero quilômetro.

3.12. A **CONTRATANTE** poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela **CONTRATADA**, por força da contratação.

3.13. Quando ocorrer a situação prevista no item 3.12, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

3.14. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

3.15. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.16. A EMPAV e a **CONTRATADA** poderão restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, nos termos do **artigo 81, inciso VI, da Lei n. 13.303/16**, por novo pacto precedido de cálculo ou de demonstração analítica do aumento ou diminuição dos custos, obedecidos os critérios estabelecidos em planilha de formação de preços e tendo como limite a média dos preços encontrados no mercado em geral, não cabendo simples reajuste no prazo de vigência do Contrato, em atendimento ao §1º, do artigo 2º, da Lei Federal 10.192/01.

3.17. A EMPAV poderá sustar o pagamento de qualquer Nota Fiscal/Fatura apresentada pela **CONTRATADA**, no todo ou em parte, nos seguintes casos:

- a) Descumprimento parcial ou total do contrato;
- b) Débito da **CONTRATADA** com a EMPAV, proveniente da execução do contrato decorrente desta licitação;
- c) Não cumprimento de obrigação contratual, hipótese em que o pagamento ficará retido até que **CONTRATADA** atenda à cláusula infringida;
- d) Obrigações da **CONTRATADA** com terceiros que, eventualmente, possam prejudicar a EMPAV;
- e) Paralisação do serviço por culpa da **CONTRATADA**;

3.18. Nenhum pagamento será efetuado a **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária, sempre observado o contraditório no procedimento administrativo.

3.19. A **CONTRATANTE** poderá realizar o pagamento antes do prazo definido no item 3.1, através de solicitação expressa da **CONTRATADA**, sendo previamente avaliado pela Diretoria Administrativa e Financeira, de acordo com as condições financeiras da **CONTRATANTE**.

3.19.1. Em caso de antecipação, será aplicado um desconto financeiro, calculado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, acrescido de 1% (um por cento) "*pro rata*".

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

4.1. O serviço será prestado de acordo com a ordem de serviço enviada e de acordo com os prazos indicados na **Cláusula Sétima - DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**.

4.2. Os serviços serão prestados no endereço estipulado na ordem de serviço enviada para **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA PRORROGAÇÃO**

5.1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses a contar da assinatura de ambas as partes, admitida a prorrogação por iguais períodos até o prazo máximo de 5 (cinco) anos, nos termos do **art. 71 da Lei nº 13.303/2016**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos das normas pertinentes.

**5.1.1. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração, em relação à realização de uma nova licitação.**

5.2. As Ordens de Serviço decorrentes do Contrato serão emitidas mediante demandas, conforme a necessidade da EMPAV.

5.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando:

5.3.1. A **CONTRATADA** tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da Administração Pública Estadual ou do próprio órgão **CONTRATANTE**, enquanto perdurarem os efeitos;

5.3.2. A **CONTRATADA** não mantiver, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. A **CONTRATADA** não concordar com a eliminação, do valor do contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

5.3.4. Verificadas ocorrências graves registradas pelo fiscal do contrato no processo administrativo próprio durante a execução do serviço.

5.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, devidamente justificado.



5.5. Não havendo interesse na prorrogação por parte da **CONTRATADA**, torna-se necessária a comunicação por escrito à **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de inexecução parcial do contrato, culminando nas sanções contratuais com aplicação de multa.

5.5.1 Havendo interesse na rescisão do presente contrato por parte da **CONTRATADA**, a mesma deverá comunicar a **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, sob pena de inexecução parcial do contrato, culminando nas sanções contratuais com aplicação de multa.

## CLÁUSULA SEXTA – DOS REAJUSTES E DA REVISÃO DO CONTRATO

6.1. Havendo renovação/prorrogação do contrato, após o período de 12 (doze) meses, este será reajustado pelo índice IPCA/IBGE, conforme Decreto Municipal n. 8.542/2005, observando os índices máximo autorizados pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora – MG.

6.2. A revisão contratual (reequilíbrio econômico-financeiro) tem lugar quando a interferência causadora do desequilíbrio econômico-financeiro, consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário.

6.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificados os seguintes requisitos:

- a) o evento seja futuro e incerto;
- b) o evento ocorra após a apresentação da proposta;
- c) o evento não ocorra por culpa da **CONTRATADA**;
- d) a possibilidade da revisão contratual seja aventada pela **CONTRATADA** ou pela EMPAV;
- e) a modificação seja substancial nas condições contratadas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos da **CONTRATADA** e a retribuição da EMPAV;
- f) haja nexo causal entre a alteração dos custos com o evento ocorrido e a necessidade de recomposição da remuneração correspondente em função da majoração ou minoração dos encargos da **CONTRATADA**;
- g) seja demonstrado nos autos a quebra de equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que contratação tornou-se inviável nas condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. O reequilíbrio de contrato será precedido de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e documentos que fundamentem a repactuação do contrato.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

**7.1. No ato de assinatura deste instrumento fica a CONTRATADA obrigada a fornecer o e-mail para recebimento da ordem de serviço.**

**7.2. A CONTRATADA** deverá executar os serviços imediatamente após a Ordem de serviço, a serem efetuados conforme programado, não devendo a data e horário agendado, exceder prazo máximo de **20 (vinte) dias corridos** atendendo todas as normas vigentes.

**7.2.1.** Na ocorrência de qualquer eventualidade que prejudique o cumprimento do prazo estipulado no item anterior a **CONTRATADA** deverá comunicar formalmente à EMPAV em até **05 (cinco) dias corridos** antes do prazo máximo de entrega, o que só será aceito mediante julgamento da EMPAV.

**7.2.2.** Havendo quaisquer irregularidades no veículo entregue, o mesmo será recusado devendo ser substituído em, no máximo **48 (quarenta e oito) horas**, a partir da notificação/solicitação da EMPAV, por outro Objeto que atenda as especificações exigidas no Termo de Referência.

**7.2.2.1** Em caso de eventual impossibilidade, a empresa CONTRATADA poderá disponibilizar veículos equivalentes ou superiores ao proposto para atender temporariamente a Empav pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias até que os veículos novos sejam entregues.

**7.2.2.2** Os veículos mencionados no tópico superior deverão ter no máximo 15.000 km no momento do recebimento, sendo observado o ônus estipulado no Termo de Referência vinculado a licitação, e no presente contrato.

**7.2.3. A CONTRATADA** que não cumprir os prazos estipulados ficará sujeita às sanções estabelecidas no **Termo de Referência**.

**7.3.** A prestação de serviços deverá estar em conformidade com a descrição, especificação, quantidade e qualidade do objeto especificado no Termo de Referência e respectiva Ordem de Serviço.

**7.4.** Os serviços deverão atender às especificações técnicas e regulamentos técnicos correspondentes a sua natureza.

**7.5.** As multas de trânsito que forem cometidas pela Empav, deverão ser enviadas por e-mail para departamento de transporte e para a coordenadoria de contratos para que seja identificado o condutor efetuado o pagamento.

**7.7.** O horário para retirar e entregar é de 7:00 às 17:00, em dias úteis e, em casos excepcionais, quando solicitado através da Ordem de Serviço, também aos sábados.

**7.8.** Todos os veículos deverão estar de acordo com as especificações previstas no Termo de Referência.

## **CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**



8.1. A execução da prestação de serviço decorrentes deste contrato será formalizada pela assinatura deste instrumento contratual entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, nos termos da Lei.

8.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a atender todas as solicitações efetuadas durante a vigência deste Contrato.

8.3. A prestação de serviços será efetuada mediante solicitação da **CONTRATANTE**, a qual deverá ser feita mediante **Ordens de Serviço**.

8.4. As cópias das **Ordens de Serviço** deverão ser anexadas ao processo de administração do contrato, para acompanhamento dos quantitativos.

8.5. Nos valores cotados deverão estar inclusos todos os custos, inclusive, seguros, impostos, e quaisquer outros custos que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviços, sem quaisquer ônus para a Administração, e quaisquer outros que incidam sobre a avença.

## CLÁUSULA NONA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATADO

9.1. Os veículos serão recebidos para verificação de conformidade com as especificações, qualidade e quantidades, por empregado público designado para tal.

9.1.1 Os veículos, deverão ser entregues com os tanques cheios e quando devolvidos deverão ser entregues da mesma forma.

9.2. O recebimento será realizado pelo empregado público da EMPAV responsável pela fiscalização, cabendo a ele seguir as definições do Termo de Referência, parte integrante do presente contrato.

9.2.1. Será realizado checklist na entrega e na retirada dos veículos, constatando toda e qualquer avaria presente, documentação, chave reserva, manuais (caso exista), estepe, chave de roda, triângulo e macaco.

9.3. Juntamente aos veículos, devem ser apresentados os seguintes documentos, em regularidade de acordo com a legislação aplicável: Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, Imposto de Propriedade de Veículos Automotores, Taxa de Licenciamento paga e Declaração de Nada Consta do veículo relativo a possíveis multas e cópia da apólice de seguro COMPLETO particular contra terceiros e acidentes.

9.3.1. A exigência prevista no item acima aplica-se, também, aos veículos de reserva.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE POR DANOS

10.1. A **CONTRATADA** responderá por todo e qualquer dano provocado à **CONTRATANTE**, seus servidores ou terceiros, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela **CONTRATANTE**, obrigando-se a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades.

previstas na licitação.

10.2. Para efeitos desta cláusula, dano significa todo e quaisquer ônus, despesa, custo, obrigação ou prejuízo que venha a ser suportados pela **CONTRATANTE**, decorrentes do não cumprimento, ou do cumprimento deficiente, pela **CONTRATADA**, de obrigações a ele atribuídas por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela **CONTRATANTE** a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

10.3. Se qualquer reclamação relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas como de responsabilidade da **CONTRATADA** for apresentada ou chegar ao conhecimento da **CONTRATANTE**, esta comunicará a **CONTRATADA** por escrito para que tome as providências necessárias a sua solução, diretamente, quando possível, o qual ficará obrigado a entregar à **CONTRATANTE** a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinalado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela **CONTRATADA** não o eximem das responsabilidades assumidas perante a **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula.

10.4. Fica desde já entendido que quaisquer prejuízos sofridos ou despesas que venham a ser exigidas da **CONTRATANTE**, nos termos desta cláusula, deverão ser pagas pela **CONTRATADA**, independentemente do tempo em que ocorrerem, ou serão objeto de ressarcimento à **CONTRATANTE**, mediante adoção das seguintes providências:

- a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;
- b) medida judicial apropriada, a critério da **CONTRATANTE**.

## CLAÚSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS CONDIÇÕES DE GARANTIA

11.1. A garantia do serviço consiste na obrigação por parte da empresa **CONTRATADA**, em cumprir todas as determinações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e alterações subsequentes, bem como em toda a legislação correlata aplicável ao caso.

11.2. A empresa prestadora dos serviços será responsável pela correção do serviço porventura impróprio finalidade a que se destina, ou não compatível com as especificações do Termo de Referência.

11.3. O ônus de correção de defeitos apresentados pelo serviço entregue, ou substituição deste, será suportado exclusivamente pela **CONTRATADA**.

11.4. O prazo da garantia legal previsto na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 – Código do Consumidor - será contado a partir da data do recebimento definitivo do serviço, sendo a garantia contratual complementar àquela.

11.4.1. O prazo de garantia contratual será de 30 (trinta) dias corridos, acrescendo-se ao prazo da garantia

legal.

11.5. A empresa **CONTRATADA** deverá fornecer meios de comunicação tais como e-mails, telefones fixos e celulares para contato durante a vigência do prazo de garantia.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA:**

12.1. A empresa vencedora deverá obedecer aos critérios de sustentabilidade ambiental, de forma a garantir a máxima proteção durante a realização dos serviços.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **13.1. Além das estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos, constituem obrigações da CONTRATANTE:**

13.1.1 Designar empregado incumbido da fiscalização da execução contratual, ao qual competirá:

I – Supervisionar e acompanhar a execução contratual, adotando todas as providências para a garantia da perfeita execução dos serviços;

II – Atestar a execução dos serviços de acordo com as especificações;

III – Aceitar o objeto do contrato, para efeito de pagamento;

IV – Registrar no Processo Administrativo próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas da **CONTRATADA** ou de falha na execução dos serviços ou fornecimento.

13.1.2. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva prestação do objeto deste instrumento;

13.1.3. Caso o serviço não esteja de acordo com as especificações exigidas no contrato, o servidor responsável não poderá atestar sua prestação e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

13.1.4. Prestar à **CONTRATADA** toda e qualquer informação, por esta solicitada, pertinentes ao objeto necessária à perfeita execução do Contrato;

13.1.5. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente, desde que observados os requisitos contidos na cláusula terceira e subitens;

13.1.6. Fiscalizar o cumprimento do contrato, no que tange a prazos, quantitativos, prestação adequada dos serviços, cumprimento das obrigações da **CONTRATADA** e da própria **CONTRATANTE**, designando o funcionário que será responsável pelo registro no processo administrativo próprio de todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato determinando o que for necessário à regularização das faltas da

CONTRATADA ou de falhas na execução da prestação.

13.1.7. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** das ocorrências contratuais que podem ensejar aplicação de qualquer sanção, garantindo o contraditório.

13.1.8. Aplicar à sociedade empresária **CONTRATADA** penalidades, quando for o caso;

13.1.9. Dirimir as dúvidas que porventura ocorram na prestação do serviço, redirecionando as ações para sua solução;

13.1.10. Rejeitar no todo, ou em parte, o serviço prestado em desacordo com as especificações descritas neste Contrato, bem como relativamente às obrigações assumidas pela **CONTRATADA**.

13.1.11. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito, acerca da ocorrência de eventuais irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído ou corrigido.

13.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela **CONTRATADA** com terceiros, ainda que vinculados à execução contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da **CONTRATADA**, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13.2. Além das estabelecidas no Termo de Referência e em seus Anexos, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

13.2.1. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição ou correção do serviço.

13.2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o serviço prestado;

13.2.3. A **CONTRATADA** não poderá ceder ou dar em garantia, em qualquer hipótese, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos do Contrato.

13.2.4. A **CONTRATADA** deve credenciar, junto à **CONTRATANTE**, um representante para prestar os devidos esclarecimentos ao fiscal do contrato e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

13.2.5. Realizar o serviço objeto do Contrato, com eficiência e presteza, dentro dos prazos e especificações descritas no Termo de Referência; sujeitando-se no que couber às leis do consumidor. A **CONTRATANTE**, através do setor responsável, fará a verificação da conformidade do serviço e dos produtos com as especificações constantes da proposta do fornecedor, marca e modelo, quando couber.

13.2.6. Emitir notas fiscais referentes à prestação do(s) serviço(s) objeto deste termo contratual;

13.2.7. Comunicar imediatamente à **CONTRATANTE**, quando for o caso, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

13.2.8. Na ocorrência de qualquer eventualidade que prejudique a disponibilização imediata da plataforma em pleno funcionamento, a **CONTRATADA** deverá comunicar e justificar a Empav assim que tomar ciência;

da impossibilidade.

13.2.9. Adotar na prestação de serviços práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental e obedecer aos requisitos de sustentabilidade relativamente aos materiais utilizados e forma de execução dos serviços propostos, a serem utilizados na prestação de serviços.

13.2.10. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

13.2.11. Responder por quaisquer danos ou prejuízos que venha, direta ou indiretamente, por sua culpa ou dolo, a causar à Empav ou a terceiros, durante a execução do Contrato, inclusive por atos praticados por seus funcionários, ficando, assim, afastada qualquer responsabilidade da Empav, podendo está para o fim de garantir eventuais ressarcimentos, adotar as seguintes providências:

a) dedução de créditos da **CONTRATADA**;

b) medida judicial apropriada, a critério da Empav.

13.2.12. A **CONTRATADA** declara ciência de todos os requisitos e condições do Termo de Referência, bem como obriga-se a cumprir todos os termos e preços expressos em sua proposta comercial, garantindo a fiel e perfeita execução contratual.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do **artigo 72 e 81 da Lei nº 13.303, de 2016**.

14.2. A **CONTRATADA** ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato; nos termos do **§1º do art. 81, da Lei nº 13.303/2016**.

14.3. Sempre que for necessário crescer ou reduzir os valores e/ou prazos contratuais, as modificações procedidas deverão fazer parte de aditamento a ser assinado pelas partes. Eventuais acréscimos nas quantidades do objeto da contratação, quando necessário, poderão ser admitidos desde que autorizados pela Empav, com base nos preços unitários contratados.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS PENALIDADES

15.1 Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o este Contrato e com Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empav, sujeita-se às sanções previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

15.2. Os casos de inexecução do objeto deste contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso

injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará a **CONTRATADA** às penalidades previstas no **Art. 83 da Lei 13.303/2016**, das quais destacam-se:

- a) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos à execução do objeto da contratação e não prejudiquem o andamento das atividades normais da Empav;
- b) multa no valor de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor em atraso, por dia de atraso, limitados ao prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após o qual será caracterizada a inexecução total;
- c) multa compensatória no valor de 5% (cinco por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATADA**, no prazo de até 02 (dois) anos;

15.3. Após o devido processo legal, as penalidades serão aplicadas pela autoridade competente.

15.3.1. As sanções previstas nas alíneas “a” e “c” poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “b”.

15.3.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à Empav, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

15.3.3. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de penalidade de multa.

15.3.3.1. A multa também poderá ser aplicada na observância das seguintes ocorrências:

I. Pela recusa em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor máximo estabelecido para a contratação em questão;

II. No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, caberá a incidência de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor total do Contrato;

15.4. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE**.

15.5. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Empav ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

15.6. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a”, “b”, “c” e “d” do item 14.2, caberá recurso no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

15.7. O recurso relativo às penalidades acima dispostas será dirigido ao (à) Diretor (a) Presidente da Empav, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido.

15.8. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei.



15.9. A Empav poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a legislação vigente, nos seguintes casos:

- a) por infração a qualquer de suas cláusulas;
- b) decretação de falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou recuperações judiciais e extrajudiciais da **CONTRATADA**;
- c) em caso de transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato, sem prévio e expresso aviso à Empav;
- d) por comprovada deficiência no atendimento do objeto do contrato;
- e) mais de 2 (duas) advertências.

15.10. A Empav poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público.

15.11. A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência do (a) Diretor (a) Presidente da Empav.

15.11.1. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- a) não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- b) apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela Empav;
- c) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- d) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- e) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- f) incorrer em inexecução contratual;
- g) ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrado contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no ato do convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado

atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

15.12. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à Empav, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

15.13. Conforme a extensão do dano ocorrido ou passível de ocorrência, a suspensão poderá ser branda (de 01 a 06 meses), média (de 07 a 12 meses), ou grave (de 13 a 24 meses).

15.14. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral.

15.15. Se a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar for aplicada no curso da vigência de um CONTRATO, a Empav poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada à **CONTRATADA**, ou mantê-lo vigente.

15.16. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

15.17. Quando o objeto da licitação não for executado até o vencimento do prazo estipulado, a suspensão do Contrato será automática e perdurará até que seja realizado o serviço, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei e no Edital sendo que as despesas serão efetuadas às expensas da **CONTRATADA**.

15.18. As penalidades previstas neste Contrato poderão deixar de ser aplicadas, total ou parcialmente, a critério da Empav, se entender as justificativas apresentadas pela **CONTRATADA** relevantes.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS COMUNICAÇÕES

16.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por eletrônico e arquivados no processo administrativo próprio.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

17.1. Observado o disposto na Lei nº 13.303/2016, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços de forma adequada serão realizados pela EMPAV.

17.2. O Responsável pelo acompanhamento técnico do contrato atestará, no documento fiscal correspondente, a prestação de serviço nas condições exigidas, constituindo tal atestação requisito para a liberação dos pagamentos ao prestador dos serviços.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. No que se refere à inexecução total ou parcial do objeto contratual, aplicar-se-ão o disposto no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Empav e disposições da Lei 13.303/2016.

18.2. A rescisão do contrato poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito por iniciativa de qualquer das partes;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Empav.
- c) judicial, nos termos da legislação.

18.3. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações a ela devidos, para ressarcimento da **CONTRATANTE**, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à **CONTRATANTE**, além das sanções previstas neste instrumento.

18.4. O contrato poderá, ainda, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela **CONTRATANTE** a qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante fato superveniente de relevante interesse público, devidamente justificado no processo administrativo, observado o contraditório da **CONTRATADA** e disposições legais pertinentes.

18.5. A rescisão por ato unilateral a que se refere à alínea “a” do item 17.2, deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 90 (noventa) dias se a rescisão se der por ato da **CONTRATADA**, considerando a imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos, ou de 30 (trinta) dias caso a rescisão se dê por ato unilateral da **CONTRATANTE**, considerando o interesse público.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS PRÁTICAS DE COMPLIANCE E ANTICORRUPÇÃO

19.1. A **CONTRATADA** declara, sob as penas da lei, não haver, até a presente data, qualquer impedimento à presente contratação ou mesmo à execução de alguma cláusula ou condição do instrumento ora pactuado.

19.2. Aplicam-se, ainda, os princípios e normas estabelecidos no Código de Conduta e Integridade da Empav, disponível para consulta no site da Empav, no endereço eletrônico <https://empavjf.com.br/> e as disposições da Lei Federal nº 12.846 de 01/08/2013.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA CESSÃO / SUBCONTRATAÇÃO

20.1. É expressamente vedado à **CONTRATADA** a cessão, subcontratação ou sub-rogação, no todo ou em parte, do objeto da presente licitação.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – LGPD

21.1. As partes, por si e seus colaboradores, obrigam-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a legislação vigente (Lei nº 13.709/2018) sob a proteção de dados pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre matéria.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS

22.1. Os casos omissos serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei n.º 13.303, de 2016, RILC-Empav, demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais da Lei 14.133/21.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

23.1. Os extratos do **CONTRATO**, seu inteiro teor e seus aditivos devem ser publicados no sítio eletrônico da empresa em até 20 (vinte) dias a contar das datas das suas assinaturas, contendo o nome e o CNPJ do agente econômico, o objeto, prazo de vigência, valor do CONTRATO e fundamentação legal da contratação.

23.2. Incumbirá à **CONTRATANTE** providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no DOM portal do “e-Atos do Governo” da Prefeitura de Juiz de Fora/MG, e no sítio eletrônico oficial da Empresa, conforme reza o art. 51, § da Lei nº 13.303, de 2016.

## CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

24.1. Fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes do presente Contrato, que não possam ser dirimidas administrativamente, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 02 (duas) vias de igual teor.

Juiz de Fora, assinado digitalmente.

**MIRELLY VASCONCELOS CARDOSO**  
DIRETORA PRESIDENTE  
CONTRATANTE

**LICIANE CRIVELLARI BARBOSA**  
DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
CONTRATANTE

**CONTRATADA  
REPRESENTANTE LEGAL**

**TESTEMUNHA 1**

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
C.I.: \_\_\_\_\_  
C.P.F.: \_\_\_\_\_

**TESTEMUNHA 2**

Ass.: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
C.I.: \_\_\_\_\_  
C.P.F.: \_\_\_\_\_



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7250-5FDB-4888-0A86

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LICIANE CRIVELLARI BARBOSA (CPF 805.XXX.XXX-20) em 22/06/2026 16:34:42 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/7250-5FDB-4888-0A86>